

## **PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ALCEU AMOROSO LIMA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO\***

*RODRÍGUEZ, Margarita Victoria\*\**

A década de 1930 foi palco de intensos debates a respeito do futuro do Brasil e seu papel no contexto internacional, esta discussão iniciou-se ainda com o advento da República, e ganhou centralidade durante os anos 1910 a 1930. Um dos temas que preocupava era a questão do “atraso” do país em termos de desenvolvimento e civilidade com respeito às nações capitalistas mais desenvolvidas. Muitas questões foram objeto de análise, porém o centro estava colocado na relação entre o Estado, a Nação e a Educação.

No âmbito internacional, o mundo atravessava grandes mudanças, Europa experimentava uma crise de ordem política, econômica e ideológica e desde o ponto de vista filosófico se havia produzido um vazio. Hegel, autor que ocupou um lugar central na filosofia até meados do século XIX, foi esquecido e esse espaço foi tomado pela Ciência Positivista que se ocupava do conhecimento objetivo. Assim, as Ciências Humanas adotaram o método das Ciências Naturais sem discernir que seu objetivo era diferente. O mapa geopolítico foi modificado após a Primeira Guerra Mundial, Estados Unidos assumiu a hegemonia e a dominação econômica e política, antigamente exercida pela Inglaterra. A este contexto se soma a Revolução Russa e a possibilidade de expansão desse movimento despertou desconfiança e preocupação entre os políticos e intelectuais dos países capitalistas, e muitos deles aderiram a ideologias de índole conservadoras ou autoritárias e apoiaram regimes de caráter fascistas e nazistas (Itália, Alemanha, Espanha), por medo ao brote comunista.

O Brasil experimentou o “declínio das oligarquias” e a consolidação da burguesia industrial e do operariado nacional, como conseqüências das profundas modificações operadas na estrutura econômica do país, evidenciando o início da industrialização, atividade econômica que ocupou o espaço da produção primário-exportadora (SOLDRÉ, 1983). Embora a burguesia industrial tivesse interesses comuns e pontos de contatos com os setores da oligarquia, no interior da classe dominante se produziram choques de interesses que refletiriam no âmbito dos projetos políticos. Diversas tendências filosóficas e teorias políticas influenciaram o pensamento nacional,

---

\* Este artigo é produto do Projeto de Pesquisa que analisa o pensamento educativo nacional e a formação de professores durante os anos 1920-1960, no Brasil.

\*\* Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Professora do PPGE/UFMS.

entre elas se destacam as concepções espiritualistas, nacionalistas, socialistas, anarquistas, entre outras, que contribuíram na definição dos diversos projetos de nação que se confrontaram no período. A seguir o artigo analisa o movimento filosófico espiritualista que influenciou os pensadores católicos, logo discute a atuação política dos católicos e as contribuições de Alceu Amoroso Lima a respeito das propostas educacionais nesse momento histórico.

### ***A Influência da Filosofia Espiritualista e da Neo-Escolática no Pensamento Católico Brasileiro***

No período 1920 a 1950, as idéias espiritualistas de origem européia, influenciaram as reflexões dos intelectuais que atuavam no âmbito da cultura e da educação. O pensamento espiritualista, que tentava recriar o passado, a tradição e os valores humanos, não era inédito, essa concepção foi acunhada durante a Revolução Francesa, e foi retomada, no século XIX, junto com as tendências neo-tomistas. No século XX, a Igreja assumiu um “novo” papel militante que se configurou como um movimento espiritualista internacional que influenciou as reflexões filosóficas e teológicas da intelectualidade católica mundial. Assim, muitos pensadores católicos brasileiros participaram nas organizações que combatiam o liberalismo e o positivismo.

O Movimento conhecido com o nome genérico de Espiritualismo surgiu por interesses fundamentalmente religiosos ou morais e difere de acordo com os autores e os países nos quais se desenvolveu<sup>1</sup>. Esta corrente rejeita o materialismo e reafirma a propriedade ontológica do espírito sobre a matéria. Caracteriza-se pela insistência na espontaneidade da vontade humana sobre a atividade do espírito humano, que é considerado a chave para penetrar na natureza da realidade. O Espiritualismo é contrário ao determinismo e ao materialismo da Ilustração e propõe um retorno às “genuínas” tradições francesas. Critica o positivismo porque subordinava a filosofia à ciência e impede que a filosofia intervenha nos conhecimentos positivos da ciência (FERRATER MORA, 2000).

O Espiritualismo foi uma reação ao positivismo e procura trabalhar na filosofia aquilo que o positivismo desprezava: o ‘*interior*’, a ‘*consciência*’. Realiza um retorno à alma, toma

---

<sup>1</sup> O espiritualismo alcançou sua maior expressão na França, Ravaisson, Boutroux, Blondel e, sobretudo, com Bergson, Luis Bonald, Joseph de Maistre e Robert de Lamennais são os representantes mais destacados do tradicionalismo filosófico-político do período. Na Itália, o espiritualismo teve um desenvolvimento posterior, polemizou com o positivismo, mas também confrontou com o idealismo que se impôs no país. O espiritualismo tradicional católico não tinha grandes elaborações originais, e não procurou novos problemas de investigação. Os maiores representantes do espiritualismo na Itália são Martinetti, Varisco e Carabellese. Na Alemanha, o espiritualismo foi difundido Immanuel Hermann Fichte, e em seu filho, e desenvolvido por Eduard von Hartmann e Rudolph Hermann Lotza.

como objeto de investigação a ‘interioridade’, ou seja, pesquisa a consciência. Mas, esta corrente se contrapõe ao idealismo romântico, na medida em que se recusa identificar o *Infinito* como o finito e insiste na *transcendência do Infinito* (Absoluto ou Deus) em relação às manifestações da consciência. Do ponto de vista gnosiológico, o Espiritualismo considera a consciência como ponto de partida para conhecer qualquer objeto. Desta forma nega a matéria como tal, e a reduz ao espírito, submetendo o mecanismo e tudo o sistema de necessidades causais a uma ordem providencial ou divina dominada pelo finalismo. A maior preocupação é estabelecer a irredutibilidade do *homem à natureza*, contrariamente ao positivismo. E procurara identificar grupos de acontecimentos como: valores estéticos, valores morais, liberdade da pessoa, finalismo da natureza, transcendência de Deus, entre outros, os quais são considerados constituintes do “mundo do espírito” (CIRIGILIANO, 1982).

Segundo Reale e Antiseri (1991), os pilares do programa espiritualista estavam fundados nas seguintes premissas:

- 1) A filosofia não pode ser absorvida pela ciência. Distingue-se da ciência pelos problemas que trata, pelos resultados que obtém e pelos procedimentos que adota.
- 2) A filosofia espiritualista parte do pressuposto e da constatação da *especificidade* do homem em relação a toda a natureza: o homem é interioridade e liberdade, consciência e reflexão.
- 3) Essa especificidade do homem leva à exigência de instrumentos de investigação diferentes dos positivistas, ou seja, a ouvir as vozes da *consciência*, ou o retorno à alma.
- 4) Para o espiritualista Deus também é igualmente transcendente em relação à natureza, que é causalmente determinada, conforme a providência superior.
- 5) O Termo “espiritualismo” remonta a Coussin. Mas esta posição espiritualista é muito antiga, se encavala a Plotino, Agostinho, Descartes, Pascal.

Deus é considerado como espírito absoluto e o homem como espírito finito. O homem é espírito porque é a única atividade que merece esse nome e toda outra atividade material é causada e sofrida. O espírito nunca é coisa ou objeto, existe por força de seu próprio exercício, ele se cria a si mesmo em cada instante. E, produzindo-se a si mesmo, “produz também, não as coisas, mas o sentido das coisas”. Os pensadores espiritualistas defendiam o retorno à *tradição* religiosa e política do período pré-revolucionário. Os tradicionalistas consideravam que a religião era o único fundamento da sociedade, e em política propugnam o retorno ao princípio da autoridade e da legitimidade, rejeitavam o presente dominado pela *razão iluminista*, e propunham a volta ao passado como modelo de vida.

Os intelectuais brasileiros também foram influenciados pelo movimento europeu, denominado *neo-escolástica*. A neo-escolástica recria o pensamento filosófico cristão desenvolvido na Idade Média, e o confronta com as concepções filosóficas contemporâneas. Discute as “verdades da fé”, e as provas da existência de Deus, com o objetivo de compreender a *essência do homem* e a racionalidade das normas morais. Todos esses aspectos são “descobertos” pela razão humana e não pelas puras verdades da fé. Os neo-esclátiscos consideram que a Fé dá o essencial: ela somente “salva”, mas a razão é a “philosophia” da Fé.

Os pensadores neo-escolásticos reagem ao racionalismo iluminista, ao imanentismo idealista e ao materialismo positivista, bem como ao liberalismo político, ao laicismo e à secularização. E também tentavam defender o conceito de autoridade que estava em crise na época moderna, além de reivindicar o tradicional como equilíbrio entre Razão e Fé. Este retorno à escolástica diante “o eclipse do sagrado”, trouxe uma nova valorização da Idade Média, e a Igreja católica enfrentou novas preocupações pastorais.

Dois encíclicas pontifícias acompanham o movimento neo-escolástico: a *Aeterni Patris* de Leão XIII (1879) e a *Pascendi* de Pio X (1907). A primeira encíclica alertou os católicos sobre o perigo do laicismo, que conduzia ao laicismo científico, cultural, industrial, e imperialista. Entretanto, a *Pascendi* condenava drasticamente o modernismo, considerado a síntese de todas as heresias.

Na França, muitos dos Institutos católicos começaram a reviver o pensamento medieval, se destacaram os nomes de J. Maritain e Gilson. Maritain (1882-1973) é o filósofo francês mais conhecido dentro dos que retomam o tomismo com a intenção de resolver os problemas do século XX, foi influenciado pelo pensamento de Bergson e se converteu ao catolicismo. O lema que guia o pensador é “distinguir para unir”, porque o Ser abrange toda a realidade, mas é analógico e, portanto, permite a unidade do todo juntamente com a distinção das partes. Deste modo, a analogia é a lei da semelhança entre os diversos seres, mas não se pretende unificar todas as coisas em unidade indistinta e enganosa.

A *filosofia moral* de Maritain pressupõe juízos morais que expressam um conhecimento em conformidade entre a razão prática e as inclinações essenciais da natureza humana. O filósofo tentou desenvolver a filosofia tomista social e política aplicando seus princípios aos problemas modernos, e registra uma distinção entre ‘indivíduo’ e ‘pessoas’, como o personalismo de Mounier. Aceita a teoria aristotélico-tomista da matéria como princípio de

individualização, e descreve a individualidade como ‘aquilo que exclui todos os demais homens’. A personalidade é a subsistência da alma espiritual. No ser humano individualidade e personalidade estão combinadas, porque o homem é uma unidade.

Segundo Maritain, as sociedades que valorizam o indivíduo e não consideram o homem como pessoa, superestimam os indivíduos como particulares e diferentes, desprezando o universal, como ocorre no individualismo burguês, que se corresponde filosoficamente com o nominalismo. Por outro lado, existem sociedades que valorizam mais o universal e os particulares ficam subordinados, como no caso das sociedades totalitárias, que se corresponde com o ultra-realismo filosófico. O autor elogia o ‘realismo moderado’ de Santo Tomás que se fundamenta numa sociedade na qual as pessoas satisfazem suas necessidades de seres humanos como indivíduos biológicos, alicerçadas no respeito da pessoa humana que transcende o nível biológico e temporal (MARITAIN, 1996).

A *Educação*, segundo Maritain é uma sabedoria prática que visa a formação da *pessoa*. É uma arte ministerial que serve à natureza humana, para torná-la livre. A educação procura alcançar a plenitude pessoal e social, ou seja, a *formação para a vida democrática*. A educação não se dá por médio da violência ou a imposição. Os valores humanistas e científicos se transmitem pela ação moral do próprio educador, que coopera com o educando. Esta cooperação é possível pelo processo de semelhança de natureza entre o educador e o educando. O filósofo rejeita qualquer tipo de instrumento coercitivo na educação e recusa também o permissivismo, porque o educador “é causa eficiente e agente real” que transmite os conhecimentos mediante sua autoridade moral e guia positiva.

Politicamente, Maritain, aderiu ao *Humanismo integral*, e distingue a Igreja do Estado porque são duas instituições com fins diferentes, cada uma delas é autônoma em seu próprio campo e inconfundíveis em sua natureza. Na Idade Média, as instituições tinham caráter sacro, na atualidade isto não é possível, portanto é necessário pensar num novo *humanismo integral*, no qual a inspiração cristã seja o fator motivador e animador, no qual as instituições laicas mantenham sua *autonomia*.

Propõe a unidade do Estado e da Igreja para cooperar com a comunidade humana, mas respeitando a distinção entre elas. Só Deus é a fonte de toda sabedoria, ele investe primeiro no povo, e o Estado é instrumento nas mãos do povo para a realização dos fins sociais. Assim, o autor expressa a idéia de “cidade laica vitalmente cristã” ou de “Estado laico cristã”, um “Estado

no qual o profano e o temporal tem plenamente a sua função e a sua dignidade de fim e de agente principal, mas não de fim último e de agente principal mais elevado” (MARITAIN, 1954).

Segundo Maritain, a democracia deveria rejeitar qualquer forma de maquiavelismo político, propunha um processo de racionalização moral da política e seus médios também deveriam ser morais. Como o fim da democracia é a justiça e a liberdade, é impossível fazer uso de outros médios que não sejam a justiça e a liberdade. A justiça significa respeito dos valores morais, e a força não é forte sem não respeita esses valores morais. O filósofo acreditava na necessidade de *valores morais para sustentar o Estado*, e por isso o Estado não se deveria considerar soberano. Também o povo não pode ser visto como soberano, porque “Deus é a fonte verdadeira da autoridade”, ou seja, o homem não é para o Estado, o Estado é para homem.

### ***A Participação Política dos Católicos Brasileiros e a Luta Pelo Controle da Educação***

Os católicos brasileiros iniciaram sua participação concreta na vida política, por iniciativa do Arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, -que se havia trasladado de Pernambuco a Rio de Janeiro- quem fundou a Confederação das Associações Católicas (1922), a ação da Confederação foi encaminhada mediante a participação intensiva de leigos. Paralelamente, o Arcebispo promoveu a criação do Centro Don Vital (1922) e da revista A Ordem (1921), sobre a orientação de Jackson de Figueiredo, com o objetivo de exercer influência na sociedade brasileira (MESQUITA, 2009).

A Revolução de 1930 foi recebida com certo entusiasmo pelos católicos, porque significava o fim de um regime que havia separado a Igreja do Estado.

[...] as relações de cordialidade aumentam constantemente entre Igreja e governo. Mais ainda: os católicos agora intervêm diretamente na política através da Liga Eleitoral Católica; o órgão é somente consultivo, porém no Ceará ele se transforma em partido político. Por sua vez, o movimento integralista é visto com bom olhos por muitos padres e bispos católicos [...] (CARONE, 1976, p. 13).

O Cardinal Lemes seguindo as proposições da *Encíclica Quadragésimo anno* (1931) iniciou o processo de formação cristã e política dos leigos, e teve como preocupação cooptar o maior número possível de intelectuais que simpatizavam com o pensamento cristão. Assim, o Cardinal, solicitou a Amoroso Lima – que se havia convertido ao catolicismo – que fizera um profundo estudo da referida Encíclica, com o intuito de ajudar nas posições e orientações da Igreja para enfrentar os problemas políticos e sociais contemporâneos. O Cardinal resolveu que a

instituição e seus militantes teriam uma atuação mais concreta, embora ainda fosse de modo apartidário.

A intervenção da Igreja durante esse momento histórico foi muito dinâmica: em 1933 foi criada a Liga Eleitoral Católica, para incentivar a participação dos católicos na vida política. Foi nomeado como seu Secretário Geral Alceu Amoroso Lima, com o objetivo de que a instituição participasse ativamente na elaboração da Constituinte de 1934, com representação política, para defender os princípios da moral católica. Essa instituição exerceu influência nos candidatos dos diversos partidos políticos com vistas a manter o controle ideológico do processo da Constituinte. Para tanto, a LEC elaborou um programa que era apresentado aos representantes dos partidos políticos os que ganhariam apoio da Igreja na campanha eleitoral, caso apoiassem esse programa (MORAIS, 1985, 60).

Em 1934, foi fundada a Ação Católica que tinha como missão re-sacralizar a vida social e as instituições. Esse movimento moralista acreditava que a sociedade brasileira estava em declínio tanto do ponto de vista religioso como moral e que era necessário retornar os princípios cristãos. A Igreja percebeu que a Revolução de 1930 e a Constituinte de 1934 ofereciam as chances para voltar a controlar parte dos setores operários, por tal motivo apoiou a política social implantada por Vargas.

Porém, o golpe de 10 de dezembro de 1937 modificou as relações cordiais existentes entre a Igreja e o governo de Vargas, que até então havia mantido boa relação com a instituição eclesiástica. Iniciou-se um processo, ainda mais autoritário, que exigia da Igreja obediência ao Estado. Este fato quebrou os “acordos” estabelecidos durante os primeiros anos da gestão do Governo Provisório. Alguns membros da Igreja – especialmente aqueles que estavam ligados à tendência integralista – tentaram-se opor ao regime, porém não tiveram sucesso, assim a instituição deixou sua atitude crítica e acabou acatando as determinações da ditadura. Posteriormente, se recuperou a relação cordial entre Igreja e Estado, a que teve seu momento mais importante durante o congresso Eucarístico de São Paulo, em 1942 (CARONE, 1976).

A expansão capitalista trouxe conseqüentemente a luta de classes, que se manifestou entre outros aspectos, na luta no campo educacional. De um lado, se verificou uma pressão social para ampliar a oferta educativa, que implicava na exigência pela democratização do ensino, e de outro, o interesse das elites em manter o controle do aparelho educativo, e conter a pressão popular mediante diversos mecanismos: limitação do número de escolas, introdução de

dispositivos legais que criaram uma estrutura de ensino rígida, seletiva e discriminatória, que manteve o controle do acesso à escola das classes trabalhadoras, e conservou o caráter elitista do ensino no país. A expansão do ensino foi improvisada, porque o Estado limitava sua ação ao atendimento das pressões do momento, em vez de programar uma política nacional de educação, por tal motivo a expansão foi deficiente, tanto desde o ponto de vista quantitativo, como estrutural (ROMANELLI, 1978).

A indefinição do governo em matéria de educação, nos primeiros anos de gestão, intensificou o “conflito de idéias”, especificamente entre os anos de 1931 a 1937. Neste período foram realizados vários eventos para discutir o papel e o fim da educação no país:

[...] vários congressos e conferências, onde eram debatidos os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação nacional. E, nestes debates, duas orientações se conflitavam. Uma era já tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina (católica), a educação em separado, e, portanto, diferenciada para o sexo masculino e feminino, o ensino particular a responsabilidade da família quanto à educação, etc. Outra era representada pelos educadores influenciados pelas “idéias novas” e que defendiam a laicidade, a co-educação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação, etc. (CUNHA, 1980, p. 205)

De acordo com Silva (1980) o contexto econômico da época determinou na “era Vargas” a presença de duas posturas opostas à liberal e a autoritária:

A política educacional liberal começou a tomar forma já na Primeira República com a pesquisa que Fernando de Azevedo fez para o Estado de São Paulo e, em seguida, com a reforma do ensino no Distrito Federal, por ele mesmo empreendida. A política educacional liberal não resultou de um programa definido nem teve um desdobramento homogêneo. [...] um liberalismo elitista, conforme os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias começou a ceder lugar, a partir de 1932, a um liberalismo igualitarista, convergente com os interesses das classes trabalhadoras e das camadas médias (SILVA, 1980, p. 29).

A referida autora considera que a política educacional autoritária teve suas origens nos anos 20, principalmente durante o governo de Artur Bernardes. Momento histórico, no qual foram tomadas medidas para conter o avanço dos trabalhadores, que contestavam a ordem social vigente, bem como para abafar as reivindicações da burocracia estatal, representada pelos tenentes que lutavam por mudanças de ordem econômicas e políticas.

Maria Luisa S. Ribeiro (1986), vincula as posturas “conservadoras” a uma estrutura social baseada num modelo agrário-exportador e as idéias “modernas” associadas à estrutura com base num modelo urbano-industrial. Entretanto Ghiraldelli (1991), a diferença de outros autores – como Romanelli (1978) e Ribeiro (1986) –, salienta a existência de propostas alternativas que

provinham da esquerda e que de algum modo tentaram quebrar o avance das elites dirigentes, o referido autor também atenua o enfrentamento entre escolanovistas e católicos.

Durante o Estado Novo, a política educacional brasileira não apresentou uma ideologia consistente, manteve o ecletismo que tentou integrar diversas tendências e correntes. Enfatizou-se o ensino técnico e profissionalizante, numa tentativa de adequar a educação à nova sociedade industrial que emergia. Também se adotou uma política de caráter nacionalista, que se traduzia na preocupação com o ensino cívico, e moral, modelo esboçado durante o golpe de Estado, que foi retomado durante a Assembléia Nacional Constituinte.

As concepções ideológicas respeito à educação no Estado Novo expressam-se na Constituição de 1937 elaborada por Francisco Campos, que reafirmava a política nacional de educação da Carta de 1934. Tanto o ensino cívico e os trabalhos manuais passaram a ser obrigatórios em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Estabelecia-se também que o ensino pré-vocacional e profissional era responsabilidade do Estado, quem devia criar escolas profissionais e subsidiar as iniciativas dos estados, municípios e das entidades particulares.

As diretrizes ideológicas na política educacional foram a exaltação da nacionalidade, a crítica ao liberalismo e ao comunismo e a valorização do ensino profissional. O modelo social e político implantado em Alemanha e Itália eram admirados por Vargas e por muitos de seus colaboradores, fato este que contribui para que fossem adaptadas algumas das propostas fascistas em matéria de educação e aplicadas no Estado autoritário.

### ***Alceu Amoroso Lima: A Formação Moral e Espiritual dos Brasileiros***

Durante os anos 1920-1930, os debates com relação à educação, foram impregnados pelas idéias entusiastas a respeito das possibilidades que fornecia a educação e a escolarização para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e economicamente bem sucedida. Nagle (2001) considera que esse período teve como centro o entusiasmo pela escolarização que levou ao “otimismo pedagógico”, acreditava-se que com a expansão de instituições escolares, seria possível incorporar as camadas populares e contribuir com o progresso da nação.

Os educadores e intelectuais entendiam que era necessário divulgar suas idéias, por diversos médios, para atingir o pensamento dos professores que atuavam no espaço escolar concreto. Assim, renovadores e católicos, expressaram suas idéias e ocuparam diversos espaços públicos para divulgar suas concepções, seja, participando ativamente nas conferências e eventos,

nos que se discutiam o futuro da educação ou mediante diversas publicações – jornais, revistas, folhetos, livros –. Para tanto, se aproximaram às obras nacionais e estrangeiras, impregnadas das novas concepções e produziram uma vasta literatura que contribuiu com a expansão do mercado de livros.

No período foram publicadas diversas coleções católicas, entre elas se destacam: a “Coleção Pedagógica” (1929), organizada por Paulo Maranhão e a coleção Biblioteca Brasileira de Cultura (1933), dirigida por Alceu Amoroso Lima. Estas obras difundiam as idéias dos educadores católicos a respeito do papel da política, da educação e a cultura para o desenvolvimento do país.

As publicações pedagógicas refletiam os embates travados entre os diversos grupos e a defesa das diversas ideologias e concepções presentes nesse momento histórico: liberais, nacionais, religiosas, libertárias, socialistas, entre outras. Os textos e os debates tinham como centro a discussão a respeito da necessidade de instaurar uma *nação civilizada*, e, portanto, destacavam a importância da educação para formar a civilidade do povo, com vistas a assegurar a unidade nacional.

A Igreja buscava cristianizar a população brasileira, entendia que o ensino religioso não era suficiente, porque havia que inculcar no *espírito do povo* a moral e os preceitos cristãos. Sendo assim, os frentes de atuação dos intelectuais leigos foram diversos, entre nos anos 1929 e 1930 assumiram o controle da Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924, na qual se articulavam o movimento renovador, e o católico (CARVALHO, 1999).

Durante o Governo Provisório, os católicos contribuíram com a definição da política educacional, Carvalho (1999) considera que, embora existissem as disputas entre católicos e renovadores, os dois grupos, coincidiam a respeito dos objetivos da educação, que eram a formação da nacionalidade. Este projeto de país era nitidamente elitista, porque concebia a construção da nação a partir da educação da cidadania e não se discutia a base material capitalista. Na verdade, o que estava em discussão era o controle do aparelho educacional, o propósito era obter a adesão dos professores para assegurar a organização nacional, mediante a organização da cultura.

Os principais representantes do laicato católico se reuniam num grupo liderado por Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima<sup>2</sup>, este último foi responsável pela mobilização dos católicos para lutar e combater as idéias e ações que eram consideradas hostis à Igreja. Alceu foi uma figura chave durante os primeiros anos do governo de Vargas, amigo do Ministro de Educação, Francisco Campos, se encarregou de influenciar a política educacional, e indicou vários colegas católicos para ocupar cargos no governo.

De acordo com Cury (2002), Alceu foi influenciado pelo pensamento spenciariano e tomou contato com a obra de Anatole France, posteriormente abandonou esta filosofia e se converteu ao catolicismo:

A formação filosofia e intelectual inicial era de fundo spenceriano. Muito ligado à literatura, através de Anatole France, Alceu despertou para o problema da transformação social, passando do evolucionismo spenciarino ao diletantismo filosófico em que a ironia e o agnosticismo eram pontos fundamentais.

Devido à sua insatisfação existencial, Alceu buscou caminhos, entre debates e questionamentos. Seu processo de conversão ao catolicismo foi ilustrado por ele como “uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentais das origens e dos fins da vida do ser humano”. Retratou também sua postura intelectual anterior à conversão como a de “um crítico literário ideologicamente agnóstico e politicamente acomodado” (CURY, 2002, P. 47).

Em 1924, Alceu iniciou uma relação epistolar com Jackson de Figueiredo, com quem discutiu temas políticos e filosóficos e religiosos e posteriormente tomou contato com autores católicos como Jacques Maritain e Gilberto Cherterton. Em 1928 se converteu ao catolicismo, e durante os anos 1930 e 1940 foi um dos maiores expoentes do movimento em defesa das idéias católicas. Porém, no início dos anos quarenta, Alceu começou a revisar suas ideais e retomou muito dos princípios filosóficos e políticos liberais anteriores a sua conversão e se aproximou ao pensamento social cristão de Maritain. Logo, no início da década de 1960, como consequência das transformações doutrinárias que sofria a Igreja Católica, a partir da atuação de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II (1962), Alceu incorporou as concepções socializantes de justiça social. Sem abandonar as idéias de Maritain, se acercou a outros autores católicos franceses, mais

---

<sup>2</sup> Alceu Amoroso Lima foi um intelectual vivaz e no decorrer de sua vida mudou sua concepção filosófica e política, em função das necessidades e das transformações que sofria a sociedade brasileira. Conhecido também pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, nasceu em 11 de dezembro de 1893, na cidade de Rio de Janeiro, cursou estudos secundários no Colégio Pedro II. Em 1909 ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, sendo ainda estudante, em 1911 começou a trabalhar no escritório de advocacia de João Carneiro de Sousa Bandeira, que era tio do poeta Manuel Bandeira, entrando assim, em contato com o mundo da literatura. Em 1913 se formou e viajou por Europa, a seu retorno exerceu sua profissão de advogado e posteriormente trabalhou na fábrica de tecidos de sua família. Participou como colaborador e crítico literário em vários meios e atuou politicamente (FERREIRA, 2001).

especificamente, a Pierre Teillard de Chardin. Manifestou sua oposição à ditadura militar e foi um incisivo crítico da política autoritária (FERREIRA, 2001).

Durante a década de 1930 as publicações de Alceu, visavam orientar os seguidores do catolicismo a respeito da função filosófica da pedagogia católica e sua relação com a formação do “ser nacional”. Na introdução da obra “Debates Pedagógicos”, publicada em 1931, manifesta sua opinião crítica a respeito da Revolução de 1930, e entende que é fundamental esclarecer a posição da Igreja a respeito da mesma. Afirma que é necessário recuperar o “espírito humano” na formação da nacionalidade brasileira:

Quando as grandes figuras da revolução política de Outubro começam a dar o seu testemunho sobre os factos, - também nós, adversário dos princípios revolucionários como elementos de progresso social, devíamos o nosso depoimento sobre a única revolução que defendemos – a revolução espiritual (LIMA, 1931, p.I).

Segundo o autor, a revolução espiritual se diferencia do movimento constituído por liberais e conservadores católicos que apoiaram a Revolução, e afirma que “[... não estamos dispostos a ceder, senão á força, os direitos do Espírito á formação da nacionalidade brasileira” (LIMA, 1931, p. I). E realiza uma dura crítica aos liberais que propunham uma suposta “modernização” do país.

Se a Revolução de Outubro collocou o Brasil em *disponibilidade*, da mesma forma que os dez annos de luctas políticas, sociaes e literárias que a precedera, tinham-n’o feito *cahir em si*, como nação que despe os falsos ouuropeis com que a vestiam – o momento que vivimentos é talvez o mais grave que já teha atravessado a nossa terra. Pois a lucta que se trava em fórmias por vezes disfarçadas, em nossas plagas, é a mesma que divide de modo patente toda a civilização moderna (LIMA, 1931, p. II).

De acordo com Horta (1994), Lima se posiciona contrário ao movimento revolucionário que estava em curso e distinguia duas correntes uma demagógica, a qual chamava de “messianismo perigoso”, considerada riscosa porque introduzirá o país num materialismo fatal. E a segunda corrente de caráter nacional, tradicional, cristão, que permitirá recuperar e salvar a nação da desagregação.

Ainda na obra “Debates Pedagógicos”, Alceu manifesta preocupação a respeito da formação espiritual da América de Sul, e considerada a necessidade de superar o individualismo que havia sido introduzido com o avanço do protestantismo propagado pelos Estados Unidos, que era o país dominante. E entendia que os países sul-americanos deviam mostrar-se ao mundo como nações independentes e deviam recuperar a sua tradição cristã:

Estamos neste momento mostrando ao mundo se a América do Sul tem ou não personalidade própria. E é esse talvez o maior significado da hora que vivemos. O século XIX foi o século dos Estados Unidos. Não como dominadores, mas como conquistadores do mundo. O sentido americano da civilização coincidiu com o sentido norte-americano da mesma. E o que esse último significou foi realmente a dissolução da civilização espiritual e particularmente do cristianismo.

A América protestante marcou o carácter do século XIX. O individualismo dominou esse momento histórico e a civilização que nasceu desse americanismo intensivo teve realmente uma originalidade das mais singulares e impressionantes (LIMA, 1931, p. II).

O autor reputava que América do Sul tinha que superar o seu atraso e desordem cultural produzido pelas idéias modernizantes do século XIX. Havia que terminar com o liberalismo e ecletismo, e tornar o continente *civilizado*. Para tanto, era necessário voltar a abraçar os princípios da Igreja Católica, defendido pelos próceres e heróis da independência latino-americana, como Bolívar:

Não sei se a América catholica conseguiu vencer impunemente o tufão de confucionismo liberal e eclectico que suprou sobre ella por todo o século passado. [...] Bolivar, o glorioso “Libertador” [...] compreendeu [...] que só os princípios defendidos pela Igreja Catholica poderiam salvar-a da anarchia do desmembramento e da demissão nacional (LIMA, 1931, p. III).

Evidencia-se nesta frase o apelo aos valores do passado, e manifesta que somente a formação católica permitiria que os brasileiros entendessem a importância da vida espiritual e valorizassem o papel da família. Reconhece, que a luta em pós da recuperação do espaço político da Igreja, ainda não havia terminado, muito pelo contrário. De acordo com o autor, durante o Governo Provisório, se havia conseguido restabelecer nas escolas públicas o ensino religioso, mas isto era apenas um começo, e salientava que era necessária a atuação direta dos militantes católicos para conseguir que a doutrina cristã fosse abraçada pelo povo brasileiro:

[...] esse decreto do Governo Provisório, que restabeleceu de modo ainda tão imperfeito, a liberdade de ensino religioso nas escolas públicas, é um dos epizodios mais significativos nessa luta pela emancipação espiritual da América, no século XX, que corresponde a um século de distancia, ás luctas do inicio do século XIX pela sua emancipação política (LIMA, 1931, p. IV).

Lima criticava o materialismo e o laicismo, considerados um flagelo para a humanidade e elogiava a atuação do Ministro de Educação por ter contribuído com a promulgação do Decreto que assegurava o ensino religioso, e que promovia o início de uma revolução espiritual, que se diferenciava da revolução materialista, e do laicismo democrático, próprio do Estado burguês liberal.

O autor considerava que o liberalismo brasileiro havia contaminado as consciências brasileiras, e o “modernismo agnóstico” dos renovadores da Escola Nova, era uma mera imitação das propostas pedagógicas estrangeiras. E afirmava que este movimento era um perigo que ameaçava a pedagogia nacional, da mesma forma, criticava a concepção positivista que centrava o conhecimento na evolução das ciências.

De modo que de um duplo perigo devemos procurar defender-nos: da apologia do moderno, por aqueles que parte do postulado evolucionista do século passado, e da repulsão moderno, por aqueles que não distinguiram ainda, bem claramente o que devemos defender como eterno no passado e o que devemos eliminar como efêmero (LIMA, 1931, p. VII).

Portanto, os educadores católicos deviam se afastar, tanto da ideologia e concepções pedagógicas norte-americanas, como das idéias soviéticas, porque ambas descristianizavam a educação.

Lima entende que o problema pedagógico deve levar em conta três aspectos: a) o ideal pedagógico; b) a realidade pedagógica e c) o método pedagógico. Primeiramente, se devem conhecer os princípios que orientam o trabalho educativo, para num segundo momento estudar o objeto da educação, que é a criança, e o último problema se refere à pesquisa dos meios que devem ser instrumentalizados para atender os dois primeiros problemas. Como a educação consiste na formação do homem, ou seja, é a preparação para a vida, é fundamental a definição do ideal de homem, ou seja, o educador deve saber com antecedência que tipo de sujeito vai formar

Só se prepara uma coisa sabendo-se para quem se vai preparar. Por isso, é necessário que haja, previamente, uma finalidade, um objetivo, um ideal a atingir. Nas ciências práticas e a pedagogia é uma delas, os fins desempenham o mesmo papel que os princípios, nas ciências especulativas. O ideal é necessário para que a ação se não transforme em simples agitação (LIMA, 1931, p. VIII).

Segundo o autor, dado que a pedagogia republicana não teve um ideal educativo, o laicismo acabou separando a instrução da educação. Desta forma, a escola somente se ocupou de instruir os indivíduos e deixou de lado a educação e a formação humana. A pedagogia laica e liberal resultou numa desnaturalização do sentido humanista da educação, e cabe à pedagogia católica restaurar o humanismo educativo, mediante a doutrina cristã, que dará “[...] à pedagogia oficial uma finalidade que hoje não possui” (LIMA, 1931, p. X). Assim, o ideal pedagógico católico entende ao indivíduo como fim e a sociedade como meio, diferenciando-se da “pedagogia moderna” que coloca o centro na sociedade, entendida como superior à

personalidade. Portanto a pedagogia católica se deferência tanto do “naturalismo soviético”, como do “individualismo agnóstico”, e assume aspectos marcadamente espiritualistas.

O autor destaca as principais características da pedagogia católica: a pedagogia católica se subordina à sociedade e esta à pessoa humana; reconhece que a sociedade é necessária para que o individuo se realize e consiga seus fins, porém não se trata de um contrato social artificial, senão um meio natural do homem. O ideal da pedagogia se forma mediante a ciência especulativa e não pelas ciências experimentais, de acordo com a concepção geral da vida. O que orienta a pedagogia é o fim último, ou seja, o ideal moral, que governa o ideal intelectual e social. E a ética se encontra subordinada à teologia, porque “[...] não vivemos em um estado de abstracção philosophica ou moral e sim de realidade histórica. E pela theologia conhecemos os dados revelados de nossa posição real no mundo (LIMA, 1931, p. XI).

De acordo com o líder católico, o caráter último da pedagogia que se deve opor “ao naturalismo pedagógico, em suas inúmeras modalidades modernas, é caber simultaneamente à Família, à Igreja e ao Estado” (idem, p. XII) a organização do ensino e da educação nacional. Frisa, porém, que se deve preservar o direito de precedência para a família e a Igreja, consideradas respectivamente instituições natural e sobrenatural, sobre o Estado (SAVIANI, 2008, p. 101).

Lima entende que a educação nacional é de responsabilidade da Família, do Estado e da Igreja. É importante observar que a cada uma destas instituições lhes cabe um papel específico na organização do ensino do país. Trata-se de uma educação integral, porque a pedagogia é tanto uma ciência experimental como filosófica. A pedagogia é uma ciência que estuda o método educativo, e como ciência experimental estuda o objeto da educação que é a criança, e a filosofia se ocupa do ideal educativo (LIMA, 1931).

Na obra “Humanismo Pedagógico”, Lima (1944, p. 7) explicita os princípios que orientam a concepção católica de educação, a qual esta influenciada pelo pensamento francês, mais especificamente pelo filósofo Maritain, porém não abandona as bases do pensamento tradicional do tomismo católico:

O primeiro é que a educação existe para o homem e não o homem para a educação. O segundo é que o homem nasce corrompido e não é a sociedade que o degrada. A educação é que aperfeiçoa o homem, quando orienta como deve ser [...] A educação, por outro lado, pode concorrer para aumentar a corrupção natural do ser humano, quando mal dirigida. Pois educar é sempre dirigir. Educar e orientar para algum fim.

A educação modela a alma do individuo, é uma ação intencional que vai do mundo exterior para o interior do sujeito. Trata-se de tirar o sujeito da escuridão para que abrace a luz do

conhecimento, portanto a educação assume um papel revelador dos princípios morais e humanos da ética cristã. Evidencia-se a influência da concepção de educação tomista presente na escolástica medieval, expressas nas idéias de Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Agostinho descrevia a constituição do universo como uma ordem hierárquica e colocava Deus na cúspide. Ele considerava que a sociedade (a “cidade terrena”) tinha que se organizar como um “sistema ordenado e harmonioso”, cujos membros pertenciam à comunidade da Igreja e o Estado. A idéia de “tradição nacional” tem uma origem ainda mais antiga: responde à velha concepção aristotélica, segundo a qual “uma coisa contém aquilo para o que tem sido criada”.

Alceu aponta que educação se alicerça em princípios de ordem geral, que orientam a educação no país e os trabalhos pedagógicos independentemente de considerações históricas ou mesológicas. E também se fundamenta em princípios mais específicos que levam em consideração as particularidades das regiões, da sociedade e da cultura do país. Os princípios gerais são cinco:

1º - A educação existe para o homem e não o homem para a educação.

Corolário - A educação é um meio e não um fim.

2º - A educação tem por fim levar o homem plenitude de sua humanidade.

Corolário - A educação é uma ciência e uma arte.

3º - A educação prepara o indivíduo para a comunidade e esta para a pessoa.

Corolário - A educação é, simultaneamente, obra individual, coletiva e pessoal.

4º - A educação hierarquiza as atividades naturais e sobrenaturais do homem.

Corolário - A técnica, a ação, a ciência e a sabedoria, isto é, o homem e a natureza; o homem e a sociedade; o homem e o conhecimento; o homem e Deus constituem os quatro momentos capitais de uma educação integral.

5º - As autoridades educativas são, na ordem natural, a Família e o Estado; na ordem sobrenatural a Igreja; em ambas - a Pessoa.

Corolário - a Escola é um grupo social subsidiário, se bem que autônomo, e não independente e completo. (LIMA, 1944, p.26).

A *educação* é entendida como um bem social e se torna um meio para a formação integral do indivíduo, mas não é um ato solitário, é um processo social que atinge o sujeito e o prepara para sua atuação social. O autor coloca em primeiro lugar a Família como responsável da formação da Pessoa, porque é a instituição formadora natural, que por “direito de sangue” lhe cabe o papel fundamental e principal de orientar e educar. Depois segue o Estado, e por fim a Igreja considerada como uma instituição supranatural.

A *escola* não é um ente independente, ela está atrelada aos interesses da sociedade e mais especificamente à família. O autor reconhece o “direito natural à educação da pessoa” e nem o Estado, nem a Família, nem a Igreja, podem negar este direito à pessoa humana. O **Estado**

representa a sociedade civil e completa à família, ele tem o papel de assegurar a educação da pessoa, mas não pode substituir à família, porem pode proteger auxiliar ou suprir à família quando seja necessário, em verdade o Estado assume um papel subsidiário:

A família é a primeira autoridade natural em matéria de educação [...].

A família, porém não é uma sociedade perfeita, na ordem natural. Ela se completa pela sociedade civil, de que o Estado é a mais legítima expressão social. Cabem, também ao Estado, por conseguinte, direitos e deveres em matéria de educação. Não que sejam anteriores ou superiores aos da Família. Mas pode e deve proteger, auxiliar e mesmo suprir o que cabe à família, nessa ordem de trabalhos.

Ao Estado como guarda do bem comum, cabe assim a vigilância ativa sobre o exercício dos direitos dos direitos e deveres pedagógicos, por parte das demais autoridades sociais (LIMA, 1944, p. 27).

Como a educação transcende a esfera natural e temporal, a Igreja é responsável de cuidar do espírito e da alma pessoa. Alceu critica o liberalismo por colocar em segundo plano o papel da Família e da Igreja na formação do sujeito, e questiona a “estatização” da educação, porque é uma usurpação da função educadora da Família e da Igreja, e é um erro sobre valorar o papel do Estado.

Hoje em dia, a tendência moderna é francamente no sentido de exagerar as funções do Estado, em matéria de educação, diminuindo as da Família, da Igreja e da Pessoa. Uma filosofia da educação, equilibrada e sensata, tem por dever colocar cada coisa no seu lugar, impedindo que cada uma dessas autoridades culturais usurpe os direitos das demais ou exerça o seus foram de sue âmbito natural de ação.

Com respeito aos princípios especiais Alceu, destaca cinco princípios que devem orientar a **formação nacional** e que devem ser incorporados em todo o território brasileiro:

1º - O homem brasileiro é subordinado à sua nacionalidade em tudo que não contradiga ou desvirtue a sua humanidade.

Corolário – A Nação não é uma categoria absoluta e sim relativa.

2º - O Brasil constitui um todo que deve ser conservado.

Corolário – Toda educação, no Brasil deve ter em vista manter a unidade nacional.

3º - A unidade nacional não suprime e apenas integra as variedades regionais.

Corolário – É preciso combinar harmoniosamente a autonomia pedagógica dos Estados com a autoridade centralizadora da União.

4º - A educação, no Brasil, está subordinada às condições mesológicas, biológicas, psicológicas e históricas de sua civilização.

Corolário – Toda imitação ou transposição pedagógica só é válida quando em harmonia com essas condições fundamentais.

5º - Para alcançar os seus fins, individuais e nacionais, deve a educação no Brasil ter um caráter: personalista, doméstico, corporativo, cristão.

Corolário – Toda forma de educação que contrariar êsses postulados desserve a formação do Brasil e do Brasileiro (LIMA, 1944, p.35).

De acordo com Lima, o objetivo da educação é formar o homem, e por tal motivo não pode deturpar a sua essência humana, deve-se respeitar o direito da pessoa. Mas é legítimo que se procure “formar o caráter nacional”, ou seja, a formação do “ser nacional”, porque a nacionalidade marca o homem, o identifica e diferencia de outros que não pertencem à mesma nação. Devem-se imprimir no sujeito os valores morais e sociais próprios da nacionalidade brasileira. O fato de nascer em determinado país, faz com que o homem fique “marcado” pelas características do ambiente, a sua história a sua “fisionomia coletiva”, ou seja, é a pátria comum, estas características devem ser conservadas. Portanto, a educação deve garantir a unidade nacional, apesar de que os brasileiros vivam em espaços físicos, culturais e raciais diferentes, é importante conservar a unidade, porém respeitando as singularidades individuais e regionais. No plano educativo se deve contar com um plano geral que garanta a unidade que deu uma uniformidade razoável, porém a “[...] necessidade de uma centralização substancial na obra educativa nacional, não deve ser entendido de modo rígido e sim plástico, a fim de atender as variedades de civilização e outros critérios de diferenciação” (LIMA, 1944, p. 33).

Com respeito aos *modelos pedagógicos estrangeiros*, Lima entende que é possível aproveitar as experiências bem sucedidas de outros países, porém salienta que é necessária a devida adequação ao “nosso médio físico, da nossa raça em formação, da nossa alma e da nossa formação histórica” (LIMA, 1944, p. 35). Além disso, a educação não pode desrespeitar a pessoa, ela deve garantir seus direitos, sua liberdade, dignidade e consciência. Portanto, é necessário que se assegure o papel formador da família, e se privilegie o sentido doméstico da educação evitando-se que o Estado substitua à Família.

Alceu também considera que é fundamental assegurar a *formação do espírito* e para isso a educação deve ser realizada com “espírito corporativo”. Ou seja, respeitar os grupos sociais porque eles são “[...] tão naturais à sociedade, como os seus membros individuais. De modo que o respeito às formações sociais profissionais, políticas, intelectuais ou espirituais se impõe de modo análogo ao do respeito pela personalidade” (LIMA, 1944, 37).

Em fim, como se pode observar o pensamento de Alceu é completamente coerente com as concepções religiosas próprias da filosofia espiritualista, em especial o que tem a ver com a recuperação da religiosidade humana e o respeito da formação integral da pessoal, proposto por Maritain. Em alguns momentos é um fervoroso defensor das tradições e valores tradicionais, retomando muito dos ensinamentos dos pensadores representantes da neo-escolástica. Como

intelectual inserido no seu tempo se mobilizou na defesa dos interesses dos grupos sociais que queriam a transformação do país, porém não discutia a ordem social e econômica desigual que havia sido consolidada durante o período de dominação portuguesa, e explicava o mundo material e a realidade social de maneira idealista, porque acreditava que com o “cultivo” da formação moral e intelectual do povo, o país superaria o atraso econômico. Embora o autor tivesse plena consciência do setor social ao qual representava, não deixava de se preocupar com o progresso social dos brasileiros e colocava na educação a tarefa de modernizar de maneira harmoniosa o país, porém sem esquecer a importância da formação espiritual das pessoas que devia ser colocada no primeiro lugar.

### **Referências**

CARONE, Edgard. **A Terceira República**. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.) **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 1999.

CIRIGILIANO Gustavo. **Educación y futuro**. Buenos Aires: Ed. HVMANISTAS, 1982.

CUNHA, Luis Antônio. **Ensino Superior da Colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Alceu Amoroso Lima. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC/INEP, 1999.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Lima, Alceu Amoroso. In: ABREU, Alzira A.; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio, T. N. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós – 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **Pedagogia e lutas de classes no Brasil (193-937)**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: A educação no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LIMA, Alceu Amoroso [Tristão de Athayde]. **Debates Pedagógicos**. (Estudos de Filosofia da Educação). Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

LIMA, Alceu Amoroso. **Humanismo Pedagógico**. (Estudos de Filosofia da Educação). Rio de Janeiro: Stella Editora, 1944.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARITAIN, Jacques. **O homem e o estado**. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

MESQUITA, Peri. A educação na restauração Lemista da igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945  
In: Rev. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, p. 279-295, maio/ago. 2009

MORAIS, Regis de, **História e pensamento na educação brasileira**. Campinas: Papirus, 1985.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E.P.U: EDUSP, 2001.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da filosofia, Do Romantismo até nossos dias**, São Paulo: Edições Paulinas, 1991, Vol.3.

RIBEIRO, Maria Luisa. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação Brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SAVIANI, Demeval. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA dos Santos, Marinete. **A educação brasileira no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Livramento, 1980.